

HABEAS CORPUS Nº 503.606 - SP (2019/0101567-0)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : VANESSA PELLEGRINI ARMENIO - SP229887
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : GIOVANI SIMPRICIO DOS SANTOS (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido liminar, impetrado em favor de **GIOVANI SIMPRICIO DOS SANTOS**, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Colhe-se dos autos que o Juízo das Execuções Penais deferiu pedido de livramento condicional, por entender que o apenado teria cumprido os requisitos objetivo e subjetivo para a concessão do benefício (e-STJ, fls. 113-114).

Inconformado, o Ministério Público Estadual interpôs agravo em execução perante o Tribunal de origem, que foi provido, para revogar o livramento condicional (e-STJ, fls. 58-67).

Neste *writ*, o impetrante alega constrangimento ilegal na decisão que indeferiu a benesse ao paciente, especificamente por ter alcançado os requisitos objetivo e subjetivo constantes na LEP, ressaltando que o exame criminológico realizado lhe foi favorável.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que seja concedido ao paciente o livramento condicional.

A liminar foi indeferida à fl. 167 (e-STJ).

Informações prestadas às fls. 173-184 e 185-205 (e-STJ).

O Ministério Público Federal opinou pela concessão da ordem (e-STJ, fls. 207-216).

É o relatório.

Decido.

O Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação no sentido de que não cabe *habeas corpus* substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado.

Na hipótese, não se evidencia a aventada excepcionalidade, pois, em que pesem as argumentações defensivas, não há como conceder a ordem impetrada.

O Juiz da Execução deferiu a progressão de regime com amparo na seguinte fundamentação (e-STJ, fls. 113-114, com destaque):

"[...] cumpriu o lapso temporal suficiente. Possui boa conduta prisional e **não registra falta disciplinar, conforme atestado de bom comportamento juntado a fl. 312**, além disso, **recebeu parecer favorável no exame criminológico realizado**, satisfazendo, desse modo, todos os requisitos necessários ao acolhimento da pretensão. Quanto ao boletim informativo, foi dada oportunidade à parte interessada em juntá-lo, a qual tem o convênio com a SAP, conforme

Termo de Cooperação Técnica SAP/GS n. 938/2016, publicado no Diário Oficial: Poder Executivo – Seção I, São Paulo, fl. 127, p. 15 e 16, de 22/07/2017, sendo por isso prova que independe da intervenção do juízo. Ademais, tal documento não consta como requisito para apreciação do benefício, conforme artigo 112 da Lei de Execução Penal, e sua exigência viola o princípio da legalidade inserto na Constituição Federal.

Ante o exposto, presentes os requisitos legais, DEFIRO o pedido de LIVRAMENTO CONDICIONAL a(o) sentenciado(a) [...]"

O Tribunal *a quo*, ao revogar o benefício, asseverou o seguinte (e-STJ, fl. 65, grifou-se):

"Em que pese o atestado de conduta carcerária asseverar como 'bom' o comportamento carcerário do reeducando, não se constata, pelas peças do presente agravo, a existência de dados seguros quanto aos requisitos de ordem subjetiva relativos ao sentenciado para que este seja agraciado com o livramento condicional.

Aliás, constata-se, como se pode observar a fls. 30, que o sentenciado, sequer usufruiu de saídas temporárias, concluindo a assistente social que ele 'não teve tempo hábil e oportunidade de usufruir de benefícios ressocializadores, inclusive saídas temporárias' (fls. 31). E que ele 'atribui se (sic) envolvimento à ilusão do ganho fácil' (fls. 34).

Com efeito, **os 'experts' concluíram de forma desfavorável ao benefício pleiteado, o que, à toda evidência, guardou relação com as avaliações social e psicológica realizadas."**

Da análise dos autos, verifica-se que a Corte de origem entendeu que o caso em questão requer cautela, asseverando que "os 'experts' concluíram de forma desfavorável ao benefício pleiteado" (e-STJ, fl. 65).

Com efeito, "o julgador forma sua convicção pela livre apreciação da prova, de modo que, uma vez realizado o exame criminológico, não é possível suprimir dele a consideração de relatórios profissionais desfavoráveis ao deferimento de benefícios da execução penal" (AgRg no HC 426201/SP, Rel. Ministro ROGÉRIO SCHIETTI, SEXTA TURMA, julgado em 5/6/2018, Dje 12/6/2018).

Por outro lado, o remédio constitucional não é o mecanismo próprio para a análise de questões que exijam o exame do conjunto fático-probatório em razão da incabível dilação probatória que seria necessária.

A propósito, *mutatis mutandis*:

"HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. PROGRESSÃO DE REGIME PRISIONAL INDEFERIDA PELAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. REQUISITO SUBJETIVO NÃO IMPLEMENTADO. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. INEXISTÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. WRIT DENEGADO.

1. É firme a jurisprudência desta Corte no sentido de que a análise desfavorável do mérito do condenado feita pelo Juízo da execução, com base nas peculiaridades do caso concreto e levando em consideração fatos ocorridos durante a execução penal, justifica o

indeferimento do pleito de progressão de regime prisional pelo inadimplemento do requisito subjetivo.

2. No caso, as instâncias ordinárias indeferiram o pedido de progressão ao regime semiaberto, considerando, além da gravidade concreta do crime pelo qual atualmente cumpre pena homicídio triplamente qualificado que foi praticado no curso do benefício de livramento condicional, o fato de que, **mesmo contrariando o parecer favorável apresentado pelo exame criminológico, o laudo psicológico aponta fatores que desautorizam a concessão do benefício**, na medida em que, conforme mencionado na decisão do Juízo da Execução, 'o sentenciado 'demonstra certa reserva em seu comportamento evitando demonstrar seus sentimentos e preservar-se no ambiente em que convive; aparentemente busca aceitar melhor suas limitações; assume parcialmente os delitos, nega participação no homicídio e esquia-se de aprofundar-se em sua explicação com verbalização vaga sobre o ocorrido [...]".

3. Ressalte-se, ainda, que o afastamento dos fundamentos utilizados pelas instâncias ordinárias quanto ao mérito subjetivo do paciente demandaria o reexame de matéria fático-probatória, providência inadmissível na via estreita do habeas corpus.

4. Ordem denegada." (HC 390.326/SP, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 09/05/2017, DJe 15/05/2017, grifou-se).

"AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. EXECUÇÃO PENAL. PROGRESSÃO DE REGIME. EXAME CRIMINOLÓGICO. LAUDO ELABORADO POR MÉDICO PSIQUIATRA. DESNECESSIDADE. NULIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. PERÍCIA PSICOLÓGICA SUFICIENTE.

O entendimento deste Superior Tribunal de Justiça firmou-se no sentido de que a ausência de laudo psiquiátrico em exame criminológico não enseja a nulidade do referido exame e, tampouco, da decisão que nega a progressão de regime prisional, sendo suficiente a perícia dos psicólogos e de assistentes sociais para fundamentar a conclusão de não preenchimento do requisito subjetivo do apenado pelas instâncias ordinárias.

PROGRESSÃO AO REGIME SEMIABERTO. EXAME CRIMINOLÓGICO DESFAVORÁVEL. AUSÊNCIA DO REQUISITO SUBJETIVO. ELEMENTOS CONCRETOS. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. REVOLVIMENTO DE FATOS E PROVAS. INCOMPATIBILIDADE DA VIA ELEITA. INEXISTÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. INSURGÊNCIA DESPROVIDA.

1. Na hipótese dos autos, realizado o exame criminológico, em face do livre convencimento motivado **e diante do laudo apresentado pela perícia psicológica**, tanto o Magistrado da execução quanto a Corte estadual concluíram pela ausência do requisito subjetivo, abalizando suas decisões em relatório pericial desfavorável à concessão do benefício pleiteado em favor do sentenciado.

2. **O debate sobre o acerto das decisões proferidas pelo Juízo de**

Primeiro Grau e pelo Tribunal de origem, relativamente ao comportamento do apenado, envolveria o revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos da execução penal, o que é incompatível com os estreitos limites da via eleita.

3. Agravo regimental a que se nega provimento." (AgRg no HC 413.141/MS, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 28/11/2017, DJe 04/12/2017, com destaque).

Nesse contexto, não verifico a ocorrência de flagrante ilegalidade na decisão impugnada.

Ante o exposto, **não conheço** do *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de junho de 2019.

MINISTRO RIBEIRO DANTAS

Relator

